

À MARGEM DO MUNDO DAS LETRAS – O CASO DE JUROMENHA

Luísa Carvalho ¹ Bravo Nico, Lurdes Pratas Nico
& Antónia Tobias

Resumo: Vivemos num mundo em que a palavra escrita reina. Na região Alentejo, existem, no entanto, muitos indivíduos que não dominam as competências de leitura e escrita, ou seja, são analfabetos. Por não terem aprendido a ler e a escrever, estes indivíduos possuem uma estrutura cerebral distinta dos indivíduos alfabetizados e, por lhes ter sido vedado o “acesso às letras”, desenvolveram estratégias próprias de aprendizagem que, eventualmente, se traduziram em estilos territoriais de aprendizagem.

Na presente comunicação, pretende-se dar conta, decorrente de uma investigação desenvolvida, da forma como, tendencialmente, aprenderam os indivíduos analfabetos da localidade de Juromenha, pertencente à freguesia de menor dimensão do concelho de Alandroal: Nossa Senhora do Loreto.

Palavras-chave: Analfabetismo; Estilos de Aprendizagem; Território.

1. O Analfabetismo

De acordo com Castro-Caldas (2002: 25) *«ler e escrever são, hoje, actividades naturais do dia-a-dia das sociedades consideradas civilizadas»*. Ainda assim, o desenvolvimento da linguagem escrita e a sua expansão não assumiram contornos de carácter universal.

No fundo, e segundo Barbosa (2009: 73), a escrita mais não é do que um sistema gráfico de armazenamento e recuperação da informação, sendo a *«leitura, o termo genérico, vago e ambíguo que designa uma serie de estratégias para aceder ao sistema escrito»*. O indivíduo alfabetizado utiliza a escrita através de estratégias fonéticas ou alfabéticas; descodifica a escrita, procurando recuperar a informação sonora embutida no sistema. O desconhecimento dessa técnica de utilização da escrita, específica dos sistemas alfabéticos, ficou a ser conhecido por analfabetismo.

No presente estudo, foram objecto de estudo os “verdadeiros analfabetos” (Castro-Caldas, 2002), ou seja, indivíduos sem escolaridade básica devido a razões sociais, mas sem defeito cerebral. Assumiu-se, assim, como conceito de analfabeto, a definição proposta pelo INE (Instituto Nacional de Estatística), segundo a qual o analfabeto é um *«indivíduo com 10 ou mais anos que não sabe ler nem escrever, isto é, o indivíduo incapaz de ler e compreender uma frase escrita ou de escrever uma frase completa»* (INE, 2003: 52).

¹ Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre.

E-mail de contacto: luisacarvalho80@gmail.com

Comunicação decorrente do Projecto de Investigação, “Arqueologia” das Aprendizagens no Alandroal FCOMP-01-0124-FEDER-007110 (Refª FCT PTDC/CED/81388/2006).

A propósito da dimensão neurológica do indivíduo analfabeto, importa dar conta da investigação levada a cabo por Castro-Caldas e seus colaboradores, em torno do cérebro dos indivíduos analfabetos, por ter demonstrado que os indivíduos não-alfabetizados possuem estruturas cerebrais distintas dos indivíduos alfabetizados e que, ao ser distinta a anatomia cerebral, também a forma como se processam as aprendizagens e as estratégias utilizadas para aquisição das mesmas difere, face aos indivíduos que sabem ler e escrever.

Neste sentido, quando um indivíduo considerado normal (relativamente ao seu potencial de aprendizagem), não tem oportunidade de aprender a ler e a escrever, apoiará as suas estratégias cognitivas em mecanismos potencialmente distintos daqueles que são utilizados pelos que dominam esse conhecimento e junto de contextos (tendencialmente informais ou não formais), que resultam sempre da sua circunstância territorial e social.

Assumindo esta linha de ideias, se um indivíduo analfabeto desenvolveu determinadas estratégias de aprendizagem, na comunidade, há a possibilidade de mais indivíduos analfabetos dessa comunidade terem desenvolvido estratégias idênticas, sobretudo em aglomerados populacionais concentrados, nos quais o isolacionismo tende a condicionar o contacto com outras comunidades. Os indivíduos tendem a passar, a maior parte do seu tempo, com pessoas da mesma comunidade, muitas delas também analfabetas, com elas (con)viver e aprender, pelo que poderão, eventualmente, ser identificados estilos locais de aprendizagem em comunidades com elevados índices de analfabetismo.

2. O Analfabetismo na Região Alentejo

A percentagem de indivíduos analfabetos identificados, em Portugal, no Recenseamento levado a cabo pelo INE, em 1991, situava-se nos 11% e, no Recenseamento de 2001, a taxa de analfabetismo assumia um valor de 9%. A redução, num período de dez anos, foi, assim, de apenas 2%.

Importa, no entanto, ter presente que a distribuição das taxas de analfabetismo, não se verifica de forma equitativa em todo o país. De facto, encontram-se grandes disparidades, na distribuição das mesmas, assumindo contornos mais acentuados, em determinadas regiões portuguesas.

Com efeito, as taxas mais elevadas localizam-se, tendencialmente, no interior e, muitas delas, na região Alentejo. Em 2001 (INE, 2002), as taxas mais elevadas de analfabetismo verificavam-se, no distrito de Beja (19,4%), seguindo-se os distritos de Portalegre (17,6%), Castelo Branco (16,4%), Bragança (16,1%) e Évora (14,8%). Como contraponto, de referir que as taxas mais baixas se registavam nos distritos de Lisboa (5,8%), Porto (6,2%), Aveiro (7,3%) e Setúbal (7,9%).

Na região portuguesa do Alentejo, o analfabetismo assumia, pois, uma dimensão que se pode considerar relevante, uma vez que, de acordo com a informação disponibilizada pelo último recenseamento realizado à população portuguesa (INE, 2002), o analfabetismo na região alentejana afectava 17,1% dos indivíduos residentes (oitenta e três mil pessoas) – enquanto que, relativamente

à totalidade do país, o mesmo indicador revelava, conforme referenciado anteriormente, um valor de 9,0% –. De salientar que, no anterior recenseamento geral da população portuguesa (1991), a taxa de analfabetismo no Alentejo encontrava-se nos 21,9%.

A taxa de analfabetismo no concelho alentejano de Alandroal situava-se, nos Censos de 2001, nos 21,0% pelo que este concelho se apresentava como um dos concelhos do Alentejo com uma mais elevada taxa de analfabetismo. Nesse sentido, desenvolveu-se em seis localidades do referido concelho (Ferreira de Capelins, Montejuntos, Hortinhas, Terena, Mina do Bugalho e Juromenha), uma investigação na qual se pretendia perceber como é que os indivíduos não-alfabetizados haviam realizado as suas aprendizagens, a fim de se verificar se a existência de diferentes circunstâncias geográficas, culturais, económicas e sociais poderiam determinar a emergência de estilos territoriais de aprendizagem em comunidades com elevados índices de analfabetismo².

A presente comunicação pretende dar conta das conclusões da investigação, respeitantes ao processo de aprendizagem dos indivíduos analfabetos de uma das referidas localidades: Juromenha.

3. Breve caracterização da localidade de Juromenha

A vila de Juromenha é a única localidade da freguesia de Nossa Senhora do Loreto, sendo que esta freguesia é, comparativamente com as demais freguesias do concelho de Alandroal, a que tem menos habitantes residentes (146) e menor área (32,14 km²)³, constituindo-se, por conseguinte, como a freguesia mais pequena do concelho (área, população e densidade populacional).

Em termos de diminuição da população e envelhecimento demográfico, de acordo com dados disponibilizados pela Câmara Municipal de Alandroal (s/d), esta parece ser a freguesia que «*inspira maiores cuidados*».

De acordo com o Plano Director Municipal (Câmara Municipal de Alandroal, 1994), trata-se de uma povoação de pequena dimensão com uma estrutura concentrada apresentando uma malha fechada e relativamente reticulada. Um número significativo de edifícios tem um só piso, conservando-se algumas casas rústicas de carácter, sobretudo a do conjunto que se debruça sobre a arriba voltada para Espanha. Trata-se de uma freguesia que se situa no extremo mais a Norte do concelho de Alandroal (ver Figura 1), fazendo fronteira com o concelho de Elvas.

² Investigação desenvolvida no âmbito da tese de Doutoramento “A aprendizagem de indivíduos não-alfabetizados pertencentes a comunidades com elevados índices de analfabetismo”, em curso na Universidade de Évora e enquadrada no Projecto “Arqueologia” das Aprendizagens no concelho do Alandroal (Ref.ª FCT: PTDC/CPE-CED/104072/2008).

³ Dados do INE (2002a).



Figura 1 – Freguesias do concelho de Alandroal

4. A aprendizagem dos indivíduos analfabetos de Juromenha

Na localidade de Juromenha, encontravam-se recenseados (em 2008) trinta indivíduos analfabetos, tendo sido, inquiridos, vinte e um (70%).

A maioria dos inquiridos era do sexo masculino (52,4%) e, relativamente ao estado civil, era viúvo (57,1%). Casados encontravam-se 38,1% dos inquiridos e, solteiros, apenas um (4,8%).

A idade dos inquiridos situava-se entre os setenta e os noventa e seis anos, sendo a média de setenta e sete anos de idade.

A maioria dos indivíduos (55,0%) nunca frequentou a escola, muito embora, uma percentagem significativa, tenha frequentado em jovem (36,0%) e, de forma menos significativa, já em adulto (9,0%).

As duas principais razões apontadas, pelos inquiridos, para não terem chegado a frequentar a escola ou não concluírem a escolaridade obrigatória exigível à época (portanto abandonarem) foram: dificuldades financeiras e decisão familiar.

A esmagadora maioria dos inquiridos (76,9%) desenvolveu a sua actividade profissional, no âmbito da agricultura/pecuária. De referir que todos os inquiridos mencionaram que gostariam de ter aprendido a ler e a escrever e a maioria (66,7%) afirmou que, caso tivesse aprendido a ler/escrever, teria tentado desempenhar outra profissão. Um indivíduo referiu mesmo que gostaria de ter tido uma *“profissão menos dura”*.

As oportunidades de aprendizagem que a freguesia onde residem proporciona aos seus habitantes foram classificadas, pela maioria dos inquiridos (76,2%), como sendo inexistentes. Todos os indivíduos inquiridos realizaram, no entanto, um conjunto significativo de aprendizagens ao longo da sua vida, tendo sido identificadas noventa e três aprendizagens realizadas pelos inquiridos, trinta delas diferentes entre si.

Apresentaram-se, com maior representatividade, as aprendizagens relativas a aprender os ofícios relacionados com as actividades agrícolas (não tendo sido enunciadas por apenas um indivíduo). As outras duas aprendizagens que mais se evidenciaram remeteram para a aprendizagem do “domínio” da nova moeda – euros (18 indivíduos) e, embora com menor representatividade, para aprendizagens relacionados com a elaboração de bordados, rendas e/ou costura (9 inquiridos). Todas as outras aprendizagens foram referidas por cinco ou menos indivíduos (cada).

A esmagadora maioria das aprendizagens era, de acordo com o enquadramento de Canário (2000), de carácter informal, encontrando-se quase todas concluídas em 2007. Salvo raras excepções, realizaram-se na localidade de residência, tendencialmente em contextos conviviais e familiares, mas também institucionais.

Relativamente aos motivos conducentes à aprendizagem, de referir que os inquiridos demonstraram interesse em aprender para estarem actualizados. Tal constatação pode dever-se à influência, a este nível, das instituições. Nesta localidade os inquiridos referiram ter aprendido, com frequência, com os funcionários de instituições locais. Como contraponto, tomaram pouco a iniciativa para aprender e também não tenderam a procurar o que queriam aprender. Nesta sequência, de referir que estes inquiridos referiram-se, com frequência, ao recurso à demonstração, aquando da realização de aprendizagens. Pressupõe, pois, a existência de terceiros que expliquem ou exemplifiquem os procedimentos.

Talvez pelo papel das instituições (e das pessoas que lhe dão vida), os inquiridos não tenderam a aprender com colegas de trabalho, nem com aparelhos relacionados com a profissão.

De evidenciar que os indivíduos não atribuíram muita importância aos contextos profissionais, enquanto espaços de aprendizagem, nem tenderam a realizar as aprendizagens por as mesmas integrarem o projecto profissional dos indivíduos.

Estas constatações parecem encaminhar para uma menor relevância dos contextos profissionais, nesta localidade, em detrimento dos contextos institucionais, sociais e conviviais. Com efeito, os inquiridos referiram-se, com frequência, à aprendizagem junto de amigos e vizinhos, com o objectivo de ocupar os tempos livres e, com menor frequência, à aprendizagem sozinhos.

Importa lembrar, a este respeito, a estrutura da vila de Juromenha: uma povoação de pequena dimensão com uma estrutura concentrada, na qual se identifica, facilmente, um local central (ver Figura 2).



Figura 2- Vista aérea da vila de Juromenha
(in Câmara Municipal de Alandroal, 2005: 26)

Os locais centrais constituem-se, muitas vezes, como ponto de encontro entre as pessoas, local de convívio e estabelecimento de redes sociais. Como

lembra Borralho (1993: 28), frequentemente, «nas aldeias alentejanas, as casas delimitam um espaço. A praça. O largo. Ponto de encontro, de partidas e chegadas, de cavaqueio, de paragem, lá, as ruas, ziguezagueando, vão dar, lá, o santo padroeiro tem capela com torre sineira e cruzeiro. Tabernas e vendas não ficam longe.»

A descrição apresentada por Borralho (1993) traduz bem a estrutura/dinâmica da vila de Juromenha, o que pode também ajudar a compreender o elevado grau de satisfação que os inquiridos apontaram ter com a sua vida social.

De realçar que, também nesta localidade, os inquiridos demonstraram preocupação em aprender para obtenção de uma certificação social, ou seja, um reconhecimento por parte de terceiros próximos. O facto de os indivíduos se preocuparem com a avaliação/reconhecimento de outros, pode justificar a constatação dos inquiridos, com menor frequência, demonstrarem gosto em partilhar, publicamente, as aprendizagens durante o processo. Provavelmente, estes inquiridos preferem, ao ter a certeza que a aprendizagem foi bem conseguida (produto), partilharem, então, com terceiros. Com efeito, com maior frequência, referiram o gosto por partilhar sempre os resultados da aprendizagem.

De realçar, ainda, que a maioria dos inquiridos aprendeu com materiais produzidos pelos próprios, o que remete para a construção de alicerces pessoais e personalizados e, eventualmente, para o facto de os inquiridos aprenderem melhor com recursos, por eles construídos, do que facultados por terceiros.

Estes indivíduos revelaram, com frequência, construir um plano durante o processo de aprendizagem, o que pode estar relacionado com a frequência de construção de materiais por parte dos próprios. Com efeito, ao construírem alicerces pessoais os indivíduos, supostamente, têm maior autonomia para ir ajustando os mesmos e construírem o seu caminho (plano) no decurso do processo de aprendizagem. Quem se sujeita a materiais pré-concebidos pode estar mais condicionado nas trajectórias que segue.

Também com frequência, os inquiridos referiram ter aprendido com os meios de comunicação social, o que pode encontrar explicação no facto de esta localidade se situar junto à raia e a um centro populacional mais desenvolvido (Elvas) e, eventualmente, os indivíduos terem acesso e gosto por outros canais de comunicação, eventualmente até em língua espanhola.

Algumas das especificidades detectadas remetem, por sua vez, para o facto de os indivíduos tenderem a efectuar uma “abordagem superficial” às aprendizagens (Duarte, 2002; 2004). Com efeito, os inquiridos de Juromenha, com frequência, aprenderam apenas até se sentirem capazes (não ultrapassando esses limites) e através de pequenos passos. Com menor frequência, aprenderam até cumprir o objectivo inicial e, também com frequência inferior, preferiram aprendizagens mais difíceis. Tal remete para uma ausência de preocupação com o aprofundamento dos conteúdos inerentes às aprendizagens e, simultaneamente, para a existência de uma motivação tendencialmente instrumental: esforço mínimo para realizar a aprendizagem e sem grande investimento pessoal.

O facto de terem recorrido, com frequência, à memorização para aprender, corrobora a tendência para efectuarem uma “abordagem superficial”, pois esta abordagem, mais do que

compreensão dos processos e produtos de aprendizagem, pressupõe a sua aquisição mecânica (memorização).

O facto de se evidenciarem muitas especificidades, por parte dos inquiridos desta localidade (comparativamente com os indivíduos, objecto de estudo, das demais localidades), leva a crer que as mesmas se verificam, por um lado, pela relevância assumida pelo contexto institucional e social, em Juromenha, mas, simultaneamente, induz-nos a considerar que estas particularidades podem, também, ser reflexo da influência e proximidade da cidade de Elvas. Corroborando esta hipótese, Gaspar (1981: 187) afirma, precisamente, que «*ainda no concelho do Alandroal encontramos a freguesia de Juromenha, quase sempre na órbita de Elvas (...)*».

Deste modo, as aprendizagens dos indivíduos de Juromenha pautaram-se, vincadamente, por uma dimensão social, convivial e institucional. A abordagem às aprendizagens tendeu, no entanto, a assumir contornos mais superficiais. Os indivíduos aprenderam num ambiente de maior “abertura”, mas, tendencialmente, realizaram uma abordagem menos profunda das aprendizagens.

A especificidade da circunstância geográfica, cultural, económica e social parece ter determinado a emergência de um estilo territorial de aprendizagem por parte dos indivíduos analfabetos da localidade de Juromenha.

Bibliografia Referenciada

Barbosa, José (2009). Os fabricantes do sentido. In M. Azevedo & M. Marques (Orgs.). *Alfabetização Hoje* (5.^a Edição). São Paulo: Cortez Editora, pp.71-76.

Câmara Municipal de Alandroal (1994). *Plano Director Municipal. Volume I – Relatório Descritivo e Propositivo do PDM. Projecto Plano*. Alandroal: Câmara Municipal de Alandroal.

Câmara Municipal de Alandroal (2005). *Diagnóstico Social do Concelho de Alandroal*. Alandroal: Câmara Municipal de Alandroal.

Câmara Municipal de Alandroal (s/d). *Caracterização do Concelho de Alandroal*. Alandroal: Câmara Municipal de Alandroal.

Canário, Rui (2000). *Educação de Adultos. Um Campo e Uma Problemática*. Lisboa: Educa.

Castro-Caldas, Alexandre (2002). *O Cérebro Analfabeto. A influência do conhecimento das regras da leitura e da escrita na função cerebral*. Lisboa: Bial.

Duarte, António (2002). *Aprendizagem, Ensino e Aconselhamento Educacional. Uma perspectiva cognitivo-motivacional*. Colecção Ciências da Educação Século XXI, 12. Porto: Porto Editora.

Duarte, António (2004). *Auto-Regulação e abordagens à aprendizagem*. In A. Silva et al. *Aprendizagem Auto-Regulada pelo Estudante. Perspectivas Psicológicas e Educacionais*. Colecção Ciências da Educação Século XXI, 17. Porto: Porto Editora, pp.41-53.

INE (2002). *Censos 2001: Resultados Definitivos: XIV Recenseamento Geral da População: IV Recenseamento Geral da Habitação*. Lisboa: INE.

INE (2003). *Antecedentes, Metodologia e Conceitos: Censos 2001: XIV Recenseamento Geral da População: IV Recenseamento Geral da Habitação/Instituto Nacional de Estatística*. Lisboa: INE